

# CBIC Hoje

**CBIC**  
Informativo Diário da  
Indústria da Construção

ACESSE O SITE    CBIC MAIS



**18 de maio (Sexta-Feira)**  
*Programação da Comissão de Materiais, Tecnologia, Qualidade e Produtividade*  
14h às 15h15 - Política Nacional de Disseminação do BIM  
Conheça a programação do **90º ENIC**

**Faltam**  
**42**  
dias para  
o **90º ENIC.**

## CBIC discute nova lei de licitações em audiência pública no Congresso Nacional



Foto: Michel Jesus/Câmara dos Deputados

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) foi convidada, pela Comissão Especial da Lei de Licitações da Câmara dos Deputados, a participar de audiência pública sobre o projeto de lei PL 1292/95 e apensados – em especial o PL 6814/2017, recentemente aprovado pelo Senado Federal –, os quais reformulam as normas para licitações e contratos da Administração Pública. A reunião aconteceu na tarde desta quarta-feira (4) e envolveu entidades ligadas ao setor de infraestrutura.

Carlos Eduardo Lima Jorge, presidente da Comissão de Infraestrutura (COP) da CBIC, foi o responsável por expor as considerações do setor da construção civil sobre a proposição. O

representante da CBIC iniciou dizendo que os interessados têm tempo e oportunidade para a construção de uma nova legislação com qualidade, devido a não existência de um regime de urgência, e reforçou a importância da boa técnica legislativa nesse processo, ressaltando que entregaria à comissão um conjunto de sugestões apoiadas na estrutura da Lei 8666/93.

Ao apresentar a análise do PL 6814/2017, Lima Jorge destacou que é preciso estabelecer maior simetria no regime de contratações: “Há uma descompensação de responsabilidades e atribuições entre o contratante que abre a licitação pública e aquele que é contratado”. Maior segurança jurídica também é um princípio que precisa ser conferido aos processos licitatórios, para reduzir o alto número de disputas e divergências. “Isso deve ser perseguido no trabalho dessa comissão”, afirmou.

Dentre as principais sugestões propostas pela construção civil, o presidente da COP apontou a obtenção de licenciamento ambiental prévia ao edital, a não aplicabilidade do pregão em obras e serviços de engenharia, a exigência da Matriz de Alocação de Riscos, a manutenção da garantia de proposta em 1% e da garantia de performance em 5%, a comprovação de experiência técnica, a não aplicação dos Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMIs), a obtenção de orçamentos realistas e a melhoria na contratação dos projetos. A maioria dessas propostas foi contemplada na exposição das demais entidades e o posicionamento setorial da CBIC foi considerado convergente pelos presentes.

Relator da proposta, o deputado João Arruda (PMDB-PR) pretende apresentar seu relatório ainda em maio para aprovação e encaminhamento ao Plenário da Câmara dos Deputados. O detalhamento da audiência pública será divulgado no ***CBIC Mais*** da próxima sexta-feira (6).



## **Seminário Técnico da CBIC dissemina a empresários e representantes de órgãos públicos de São Paulo os resultados alcançados com a revisão do Sinapi**



Em fase final de revisão, o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (Sinapi) – referência na formação dos custos nas licitações públicas –, foi tema do seminário técnico realizado nesta quarta-feira (04/04) pela Associação para o Progresso de Empresas de Obras de Infraestrutura Social e Logística (Apeop-SP), em São Paulo, para empresários do setor de obras públicas e representantes de órgãos públicos de São Paulo.

Promovido pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), com a correalização do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e apoio da Caixa Econômica Federal, o Seminário Técnico de Revisão do Sinapi contou com a participação do engenheiro Geraldo de Paula, consultor da CBIC no Projeto de Revisão do Sinapi da Comissão de Infraestrutura (COP) da entidade; do gerente executivo do sistema na Caixa Econômica Federal, arquiteto Mauro Fernando Martins de Castro, e da engenheira Luciana Andrade Orçamentista, do Sinduscon-PE, que debateram as novas composições do Sistema e o detalhamento do Manual Técnico que indica regras e critérios para a elaboração de orçamentos de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), bem como recomendações que devem ser observadas pelas empresas na utilização do Sinapi.

A revisão do Sinapi vem sendo acompanhada desde o início (2013) pelo Grupo de Trabalho constituído por representantes da CBIC e da Caixa, gestora do sistema, e vem passando por uma profunda reforma, ampliando as composições unitárias e detalhando cada uma delas para que haja melhor compreensão dos orçamentistas. “Passo a passo, todos os lotes de composições que são revisados passam por uma discussão técnica no Grupo de Trabalho e só depois de aprovados são introduzidos no sistema”, destaca Geraldo de Paula. “Em fase final de revisão, entendemos que esse é o momento mais importante, o de fazer chegar ao mercado e aos contratantes – órgãos públicos de um modo geral – o pleno conhecimento do sistema agora revisado, com todas as ferramentas e mecanismos para que possam ser bem utilizados”, finaliza.

O seminário, que integra o projeto “Melhoria da Competitividade e Ampliação do Mercado da Infraestrutura” da COP/CBIC, com a correalização do Senai Nacional, já foi realizado em 20 cidades do País a fim de disseminar os resultados alcançados até o momento. A expectativa é de que também sejam realizados seminários em Belém (PA), Goiânia (GO), Cuiabá (MT) e Londrina (PR). Mais informações sobre o tema podem ser solicitadas pelo email da COP/CBIC: [cop@cbic.org.br](mailto:cop@cbic.org.br)



## **CNI: R\$ 3,3 bilhões é o valor que o Brasil teria para investir se a reforma da Previdência estivesse em vigor**



O Previdenciômetro, lançado nesta quarta-feira (04/04) pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), aponta que o Brasil teria economizado cerca de R\$ 3,3 bilhões se a reforma da Previdência estivesse em vigor desde 1º de junho de 2017. Entre as mudanças previstas no texto em tramitação estão a idade mínima para aposentadoria de 65 anos para homens e 62 anos para mulheres, a equiparação entre trabalhadores da iniciativa privada e servidores públicos e regra de transição até 2037. Pelo valor levantado pela ferramenta, poderiam ser construídos 797 escolas ou 133 hospitais, ou, ainda 2.210 quilômetros de estradas, ou 52.619 moradias populares.

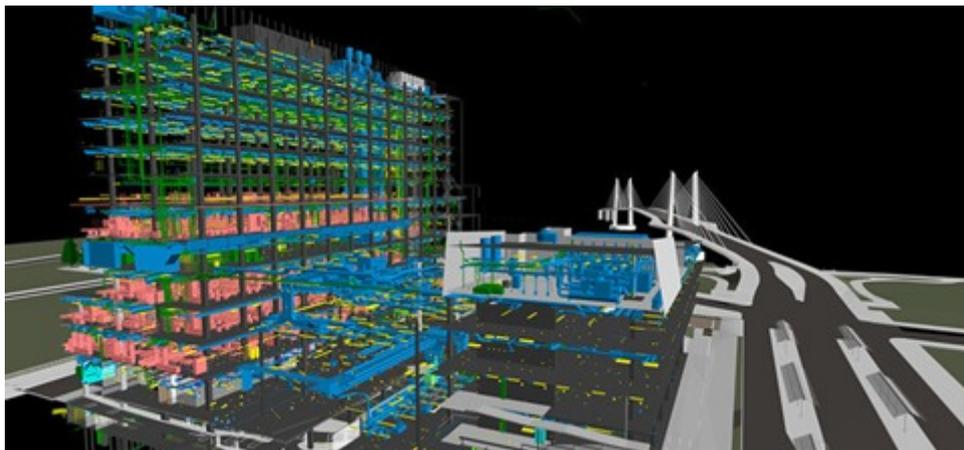
O cálculo considera, como exemplos, que cada escola custa R\$ 4,16 milhões, como informa o Portal de Compras do Governo Federal. Para a construção dos hospitais, foram considerados os valores da Secretaria de Saúde de Mato Grosso, que orça em R\$ 25 milhões a construção de um hospital com 350 leitos. O Previdenciômetro considera que o quilômetro de estrada vale R\$ 1,5 milhão, conforme cálculos do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT). O valor da moradia popular é de R\$ 63 mil, informa o

De acordo com o Previdenciômetro, a economia é significativa e aumenta na medida em que o tempo avança. Os valores da economia, atualizados a cada segundo, foram calculados a partir de projeções feitas pelo Ministério da Fazenda e representam a diferença entre os gastos projetados com a manutenção das regras previdenciárias atuais e os gastos projetados com a mudança dos critérios para a aposentadoria, de acordo com a reforma em discussão. Além disso, o cálculo considera que, com a reforma, o déficit público diminuirá e, conseqüentemente, cairá o valor dos juros pagos sobre o valor economizado.

*(Com informações da CNI)*



## **Espanha tornará obrigatório o uso de BIM em obras públicas ao final de 2018**



Os projetos para a construção de edifícios públicos na Espanha terão que ser feitos com plataformas BIM de forma obrigatória ao final de 2018. O anúncio foi feito pela diretora geral de Produção e Engenharia da Ineco, Ana Rojo, durante o *European BIM Summit*, congresso internacional de caráter anual sobre *Building Information Modelling (BIM)*, realizado no último mês de março, em Barcelona, na Espanha, com o objetivo de divulgação das boas práticas no uso de BIM, assim como o compartilhamento de metodologias e o alinhamento internacional para o uso desta tecnologia. O Ineco faz parte do grupo Europeu de Administrações Públicas e tem encomendada a elaboração do Manual de Práticas Comuns na implantação da metodologia BIM, sendo responsável, junto à comissão es.BIM, de colocar em prática esta metodologia em todos e cada um dos processos desenvolvidos pelo Ministério de Fomento espanhol.

Além do anúncio, entrou em vigor a nova lei espanhola de Contratos do Setor Público, a qual estabelece a possibilidade de exigir que os projetos apresentados aos concursos públicos sejam feitos com BIM ou uma metodologia similar. O processo de transformação para o método BIM começou e neste sentido o Parlamento Europeu, por meio da Norma 2014/24/UE já realizou esforços para recomendar sua utilização em todos os países

membros da União Europeia e sua inclusão na normativa de contratação e licitação pública. Em encontro celebrado em outubro do ano passado, o próprio ministro de Fomento, Iñigo de la Serna - declarava que "é hora de que a Espanha se coloque à frente da implementação desta ferramenta e comece a aproveitar os benefícios e oportunidades que esta tecnologia fornece", e completava que "estamos diante de uma das iniciativas mais inovadoras no setor da construção e que mais terão impacto no futuro do setor da engenharia e da arquitetura".

*(Com informações do Arch daily)*



## **CBIC divulga Boletim com alterações de Normas Técnicas da ABNT incidentes na construção civil no período de 17 a 30 de março**



As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) em consulta nacional, publicadas e confirmadas no período de 17 a 30 de março de 2018, podem ser acessadas no Boletim de Normas elaborado conjuntamente pelo Sinduscon-MG e pela CBIC, com a correção do Senai Nacional. O trabalho é desenvolvido dentro do Projeto de Acompanhamento de Normas Técnicas, liderado por Roberto Matozinhos, consultor técnico do Sinduscon-MG. No período, destaque para as seguintes normas:

### **Em Consulta Nacional:**

ABNT NBR 14024 – Central de gás liquefeito de petróleo (GLP) — Sistema de abastecimento a granel — Requisitos e procedimento operacional (até 08/05/2018)

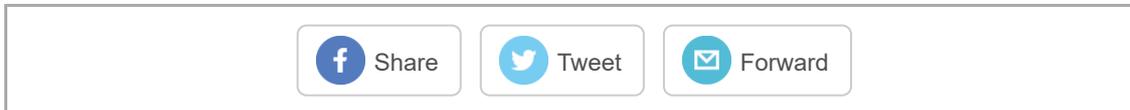
ABNT NBR 5739 – Concreto - Ensaio de compressão de corpos de prova cilíndricos (até 13/05/2018)

ABNT NBR 16690 – Instalações elétricas de arranjos fotovoltaicos - Requisitos de projeto

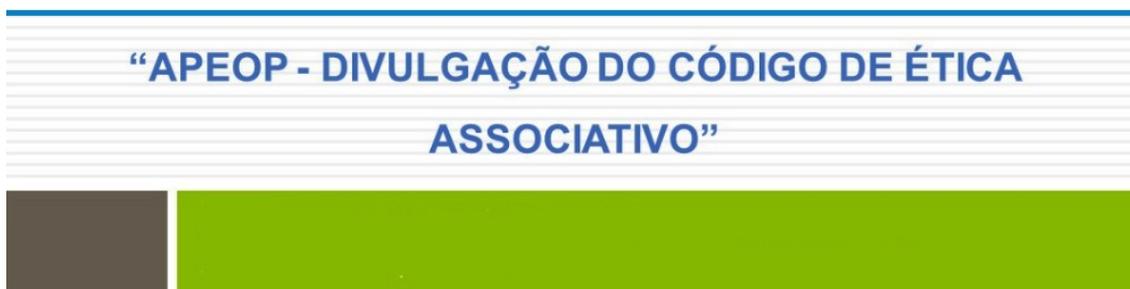
(até 24/05/2018)

ABNT NBR 14800 – Reservatório com corpo em polietileno, com tampa em polietileno ou em polipropileno, para água potável de volume nominal até 3 000 L (inclusive) - Transporte, manuseio, instalação, operação, manutenção e limpeza (até 24/05/2018)

**Clique aqui** para acessar a íntegra do Boletim.



## **Código de Ética Associativo e Compliance na construção serão apresentados na FGV**



O presidente da Associação para o Progresso de Empresas de Obras de Infraestrutura Social e Logística (Apeop), Carlos Eduardo Lima Jorge, foi convidado a apresentar, no próximo dia 19 de abril, o Código de Ética Associativo ao Grupo de Economia da Infraestrutura & Soluções Ambientais da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O evento terá início às 10h, no salão nobre da FGV 9 de Julho (acesso pela Rua Itapeva, 432, 4º andar, São Paulo, SP), com transmissão online no Youtube. O acesso será disponibilizado no **Twitter** e no **Facebook**, às 9h50. O público poderá interagir utilizando a

#grupodeeconomia.

O cientista político Leonardo Barreto também fará a palestra "Compliance e Gestão de Imagem da Construção", uma iniciativa do projeto "Ética e Compliance na construção", da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), em correalização com o Sesi Nacional.

O objetivo do grupo é discutir temas ligados à defesa da concorrência, ética, regulação, saneamento ambiental, infraestrutura, entre outros. As reuniões têm abordagem multidisciplinar, sem perder de vista a dimensão econômica. Profissionais e pesquisadores de diversas formações podem realizar sua inscrição no evento por este **link**.

*(Com informações da FGV)*



## Parceria agiliza solução para tratamento de esgoto nos loteamentos do Rio Grande do Sul



*Foto: Tiago Belinski - Ascom SOP*

O Sindicato das Indústrias da Construção Civil no Estado do Rio Grande do Sul (Sinduscon-RS) assinou no último dia 2 de abril com o Governo do Estado Protocolo de Intenções que tem por objetivo encaminhar soluções para a entrega de Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) à Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) nos empreendimentos habitacionais. O acordo, firmado em evento no Palácio Piratini, contou com a participação do governador José Ivo Sartori; do secretário Fabiano Pereira, de Obras, Saneamento e Habitação; da secretária do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Ana Pellini, e do presidente do Sinduscon-RS, Aquiles Dal Molin Júnior.

“Precisamos dessa aproximação para não ficarmos parados”, disse o governador José Ivo Sartori, lembrando uma série de outras parcerias com o setor privado. “Quem ganha com esse acordo não são os construtores, o Sinduscon e a Corsan. É o tratamento de esgoto no Rio Grande do Sul e a sociedade. É uma atitude de grandeza de fazer o que precisa ser feito”, afirmou.

O secretário Fabiano Pereira lembrou que a regulamentação é importante para o setor e para o meio ambiente e estava travada há anos. Já Ana Pellini observou que havia uma resistência muito grande dentro do órgão “mas hoje conseguimos uma solução em que todos concordam e que vem para melhorar”.

“O que está acontecendo é a união de esforços da iniciativa privada junto com o poder público”, ressaltou, o presidente do Sinduscon-RS, acrescentando que o acordo vai facilitar muito o desenvolvimento das obras e melhorar as condições de moradia para a população gaúcha”. O vice-presidente do Sinduscon-RS e coordenador da Comissão de Obras de Loteamentos (CLOT) da entidade, Sérgio Bottini Junior, por sua vez, apontou como um dos avanços do Protocolo de Intenções o estabelecimento de um canal permanente de diálogo entre a Administração Pública e os empreendedores na busca das melhores alternativas para o setor.

A iniciativa é uma parceria público-privada (PPP) na qual os empreendedores constroem estações de tratamento de esgoto que depois serão operadas pela Corsan. Os critérios para os novos loteamentos passam a ser: até 300 unidades, podem ser instaladas fossas e filtro; de 300 a 1.000, deve ser construída estação de tratamento compacta; para acima de 1.000 unidades, a construtora responde pela instalação de estação de tratamento de concreto mas a Corsan deve emitir um orçamento inicial, possibilitando que o valor investido na obra seja custeado na venda dos lotes.



Share



Tweet



Forward

## **Curso virtual sobre introdução à gestão de contratos de Parcerias Público-Privadas**



A CAF - Banco de Desenvolvimento da América Latina realiza a partir do próximo dia 10 de abril, com término no dia 11 de maio, o curso virtual “Introdução à Gestão de Contratos de Parcerias. O curso está centrado na fase que começa com a adjudicação dos contratos de projetos PPP, e está dividido em três blocos: a análise do contrato e seu enquadramento jurídico e institucional, a supervisão do trabalho do empreiteiro durante as fases de execução e operação e a modificação do contrato.

Com enfoque prático e dinâmico, graças à combinação de textos didáticos,

recomendações, exemplos, pequenos vídeos e exercícios, o curso pode ser completado em três semanas e é compatível com o exercício profissional. Ao realizar o curso, a expectativa é de que o aluno entenderá a importância da fase de gestão do contrato, conhecerá as ferramentas disponíveis para a sua supervisão e será consciente das suas fortalezas e debilidades. Além disso, ele enfrentará alguns dos problemas típicos que costumam se materializar neste tipo de contratos e aprenderá a geri-los. **Clique aqui** para mais informações.



## AGENDA



### 25 de abril

#### II Seminário "A Incorporação Imobiliária na Perspectiva do STJ: a proteção do consumidor"

**Horário:** 9h às 13h

**Local:** Auditório Externo do STJ, ao SAFS Quadra 06, Lote 01, Trecho III – Brasília-DF

**Inscrição:** <https://educa.enfam.jus.br/inscricao-ii-seminario-incorporacao-imobiliaria>

### 25 de abril

#### Reunião do Conselho de Administração

**Horário:** 14h às 17h

**Local:** Hotel Windsor Brasília SHN Quadra 01, Conjunto A, Bloco A  
Entrada B, Térreo – Salas América I e II



YouTube



Email



Website



Twitter



Facebook



Flickr



SoundCloud

**CLIQUE AQUI PARA ACESSAR TODAS AS EDIÇÕES DO CBIC HOJE**

# CBIC

CBIC - Câmara Brasileira da Indústria da Construção | SBN - Quadra 01 - Bloco I - Edifício Armando Monteiro Neto - 4º Andar - CEP 70.040-913 - Brasília/DF | Tel.:(61) 3327-1013

[unsubscribe from this list](#) [update subscription preferences](#)

[Inscreva-se aqui para receber nossos informativos](#)

